

O General Marshall em Princeton, Tucídides na Guerra Fria*

General Marshall in Princeton, Thucydides in the Cold War

Francisco Murari Pires

Professor Adjunto
Universidade de São Paulo (USP)
murari@usp.br
Av. Itacira 2603 - Planalto Paulista
São Paulo - SP
04061-003

Resumo

Este artigo analisa os apelos aos ensinamentos tucididianos feitos por George C. Marshall, em 1947, e por Laurie Johnson, em inícios da década de 1990. O primeiro, a partir das demandas do *establishment* americano frente às vicissitudes da Guerra Fria, e o segundo reclamando a necessidade de retomar os ensinamentos do saber histórico tucidideano para o melhor entendimento das realidades políticas do mundo contemporâneo. Procura-se demonstrar como as formulações discursivas da academia norte-americana atualizam seus ideários em correspondência com os momentos históricos de ideologia política e com os paradigmas de conhecimento histórico que a eles (cor)respondem.

Palavras-chave

Tucídides; Narrativa historiográfica; Guerra Fria.

Abstract

This paper analyzes appeals to Thucydidian lessons made by George C. Marshall, in 1947, and Laurie Johnson, at the beginning of the 1990's. The first one reacting to the American establishment demands face the vicissitudes of the Cold War, and the second one claiming the necessity of reacquiring Thucydidian lessons to the political realities of contemporary world. It is demonstrated how the United States scholarly discourse has adapted its ideals regarding different moments of the political ideology and historical knowledge paradigms correspondents to these ideologies.

Keyword

Thucydides; Historical narrative; Cold War.

Enviado em: 30/04/2008

Aprovado em: 13/08/2008

* O presente texto integra-se em um horizonte mais amplo de investigações voltado para o acompanhamento histórico dos momentos de (re)memorização da história tucidideana no âmbito da tradição ocidental moderna. As considerações acerca da *Guerra Fria* atendem aqui tão apenas aos termos com que sua *ideologia* é vislumbrada como sentido histórico por que responde o pronunciamento do General Marshall em Princeton e os discursos subsequentes que intentaram equacionar os dilemas da política externa americana promovendo o diálogo com as elaborações modernas de teores ou doutrínarios ou estratégicos que eventualmente se (re)conhecessem na história tucidideana. O estudo não almeja, portanto, instaurar, como sua pretensão de procedimento crítico, ajuizar tal ideário por algum padrão acadêmico de (in)correção historiográfica que afira a (in)consistência "anacrônica" versus "diacrônica" de suas projeções de paralelismos históricos (ambição de juízo historiográfico aliás já contemplada pelo olhar histórico constituído justo no momento de crise e dissolução da Guerra Fria, de que os artigos de W. Robert Connor citados na bibliografia dão emblemático testemunho), mas antes delinear os avatares desses ideários em correspondência com os momentos históricos de ideologia política e associados paradigmas de conhecimento histórico a que eles (cor)respondem.

No imediato pós-guerra, entre 1945 e 1946, os desejos do povo americano eram todos no sentido de que seus filhos logo retornassem para casa, aspiração esta conformada em pressão latente no sentido da desmobilização de suas tropas ainda acantonadas no exterior. Tais apelos populares, mais imediatos e naturais, conjugavam-se com os reclamos de uma retomada da tradicional política americana, descortinada desde o tempo dos pais fundadores da Nação, especialmente George Washington e Thomas Jefferson, de que os Estados Unidos da América se abstivessem de envolvimento militares nos conflitos europeus, confiando que os princípios e valores civilizatórios da humanidade, corporificados pelos poderes das grandes nações “amantes da paz”, assegurassem a manutenção da ordem mundial.

Ao mesmo tempo, entretanto, começava a aflorar uma atmosfera de medos e aflições de que a paz permanente fosse frágil, com novas ameaças surgindo no horizonte. Em fevereiro de 1946, George F. Kennan, então comissionado junto à Embaixada Americana em Moscou, enviou um relato ao Departamento de Estado em que tecia uma apreciação sobre os modos, de descortinos expansionistas, da política soviética no cenário internacional, pelo que sugeria a urgência de uma reformulação das concepções da política exterior norte-americana, porque agora contemplasse os imperativos reclamados pela situação mundial. Recomendava também a necessidade de que se informasse, explicasse e, pois, conscientizasse o povo americano acerca dos novos perigos que desafiavam os empenhos da nação.

102

A 5 de março de 1946, Moscou anunciava a disposição de não retirar suas tropas do Irã, apesar dos acordos firmados em sentido contrário. Quatro dias mais tarde, em uma palestra ministrada em Fulton (Missouri) na presença do presidente Truman, Winston Churchill expressou claramente a consciência daqueles temores que pairavam no ar: uma “cortina de ferro” avançava, a assinalar “os perigos sombrios do expansionismo soviético porque se frustravam os sonhos mundiais de liberdade”, de tanto maior gravidade quanto se aproveitaria da fraqueza militar dos estados europeus.¹

As recomendações por uma nova política exterior americana, expressamente sugeridas por Kennan quanto também advertidas por Churchill em 1946, se concretizariam mais efetivamente no ano seguinte, 1947.

A 21 de fevereiro de 1947, George Catlett Marshall, então há apenas um mês no cargo de Secretário de Estado, dirigiu-se para Princeton onde pronunciaria uma palestra no dia seguinte, sábado, 22 de fevereiro: data altamente significativa, comemoração do aniversário de nascimento de George Washington.

O general Marshall contava 66 anos (nascido em 31 de dezembro de 1880). Vivenciara os conflitos das duas Grandes Guerras. Diante do velho General, ali em Princeton, a nova geração de americanos. Os elos entre passado e presente assim duplamente se atualizavam ao ensejo daquele discurso

¹ Pelos descortinos desse olhar Louis Halle memorizou, pelo ano de 1965, os passos iniciais do advento da Guerra Fria. Confirmam-se: *Civilization and Foreign Policy* (1955) e *The Cold War as History* (1967).

comemorativo, tanto pelos nexos mais imediatos de transmissão de conhecimentos e experiência da geração mais velha para a mais nova, quanto pelos nexos historicamente mais profundos de rememoração dos modelos dos pais fundadores da nação, sobrepostos a todos.

O presente, pelas urgências de sua gravidade atual, impõe a questão a ser refletida: a segurança da nação. Tanto mais grave porque assim paradoxalmente circunscrita por contexto de retomada da paz, em que a nação americana ainda se assegurava dos frutos de sua vitória militar. Em tempo de guerra, segurança nacional não se coloca propriamente como questão, mas antes, sim, como ensinamento de sua resolução imediata e intrínseca em termos unicamente de ação militar mesma, apenas consubstanciada por determinação geral de coesão e solidariedade nacional. O espírito de dedicação cívica, que inerentemente mobiliza a união bélica, funda a segurança da nação (MARSHALL 1947, p. 390-1).

Lição primeira, portanto, que a experiência da Guerra Mundial mais recente, a II do século XX, vivida pelo velho General, já inculcia em seus jovens ouvintes. Pois, a ilusão constitui o perigo mais alarmente! A questão da segurança nacional não se restringe a sacrifícios de tempo de guerra, não termina com a consumação da vitória. É natural que todos então relaxem as tensões e desanuviem as inquietações com os destinos da nação, e retornem à normalidade tranquila de seus afazeres e lazeres habituais mais imediatos. O perigo reside em perder, por essa imersão total nos horizontes locais da vida quotidiana, a consciência das questões de relações internacionais que o mundo contemporâneo coloca a todas as nações, especialmente cruciais porque respeitam a uma paz mundial antes periclitante, tanto mais graves para a América pelas responsabilidades históricas que então a envolvem.

O presente do imediato pós-guerra configura a face do destino que a história disponibilizou para os Estados Unidos da América, apontando a missão que chama o país no cenário internacional: a liderança que assegura a ordem pacífica, promove a prosperidade econômica, e consolida a democracia no mundo. Essa é a missão que o presente dispõe para os Estados Unidos, especialmente implicando o futuro de suas novas gerações. Já o passado, a história, disponibiliza os ensinamentos por que devem então eles, os jovens americanos, orientar sua realização e cumprimento.

A experiência retrospectiva do velho General descortina, para a nova geração, uma primeira lição histórica, recuando ao período entre-guerras, agora advertindo contra os erros cometidos, pela velha, após a Primeira. Por não terem devidamente valorizado as lições da história tiradas da Primeira Guerra, que conscientizavam o imperativo de preservação da paz por política ativa de manutenção da ordem mundial, os Estados Unidos da América foram também responsáveis pelas tragédias da Segunda, recém-finda. No trânsito, pois, por que a América passa da Primeira pela Segunda Guerra, o velho General recomenda aos jovens americanos que não repitam o mesmo erro, então dando contrapositivamente maior atenção às novas lições que já assimilam o erro

anterior e, portanto, assim o superam.

A plena realização do destino histórico de liderança mundial dos Estados Unidos da América reclama, então, como disposição de princípio, a conscientização e adesão de cada americano ao cumprimento dessa missão. A melhor consolidar tal consciência e dever, o velho General ainda lembra aos jovens os proveitos de mais outros ensinamentos da história, estes vindos de épocas mais longínquas, a alcançar tempos especialmente tucidideanos, todavia, entende ele, ainda bem atuais: "Duvido seriamente que alguém possa hoje em dia pensar sabiamente e com profundas convicções acerca de determinadas questões internacionais básicas que não tenha pelo menos passado mentalmente em revista o período da Guerra do Peloponeso e a queda de Atenas" (MARSHALL 1947, p. 390-1).

Na tarde do mesmo dia 21 de fevereiro em que o general Marshall dirigira-se a Princeton, chegaram ao Departamento de Estado, em Washington, duas mensagens do governo britânico, comunicando a total inviabilidade em manter seu esforço de sustentação militar e econômica na Grécia e na Turquia, pelo que anunciava a decisão de retirada para não mais de trinta e oito dias, já antevendo avanços soviéticos pelas áreas mediterrâneas. Era, ajuizada Louis Halle, o fim da *Pax Britânica*, a colocar, para os Estados Unidos da América, renovada missão histórica, por que agora assumissem as responsabilidades pelos destinos da ordem mundial. Já a 12 de março, em mensagem dirigida à *Special Joint Session of the Congress*, o presidente enunciava os termos do que seria a nova orientação da política externa americana, assim consagrada como *Doutrina Truman*.

104

Junho de 1947, agora por pronunciamento feito em Harvard, George C. Marshall anunciava publicamente as diretrizes por que seguiria a política externa norte-americana, justamente conhecido por *Plano Marshall*. Pelas visitas do Secretário de Estado George Catlett Marshall, ecos de recomendações tucidideanas ressoavam na consciência do mundo acadêmico americano. A partir de então, *Guerra Fria* se conjuga também por *Tucídides*. Se a consideração da atualidade da história de Tucídides é assim lembrada no pronunciamento do General Marshall em termos antes apenas genéricos e alusivos, Louis J. Halle, integrante da equipe de planejamento político do Departamento de Estado por inícios dos anos 1950, reitera aquela sua proposição de forma mais decisiva e insistente. Consagrou tal lembrança por três vezes: primeiro numa Conferência ministrada diante da *The Literary Society of Washington*, a seguir publicada como artigo no *Foreign Service Journal* de agosto de 1952, e por fim reproduzida como Apêndice em sua obra *Civilization and Foreign Policy* de 1955.

Por todo o texto perpassa o acentuado entusiasmo por que Halle valoriza Tucídides. Diz do "excitamento de sua descoberta". Maravilha-se com a constatação da atualidade dos fatos por ele relatados, comportando similitudes progressivamente crescentes com os acontecimentos contemporâneos do século XX: assim já em 1914 com o declínio da era Vitoriana, mais ainda em 1939 com a II Grande Guerra, e sobretudo pela contextualidade histórica do presente

ano de 1952. Aprecia a arte trágica na composição de sua história, sistematicamente marcando suas afinidades com a concepção shakespeariana, por que aprecia a evolução histórica de Atenas pelo paralelo das tramas do destino de Macbeth. Por fim, reitera toda sua admiração por um historiador que não só alia superlativamente as virtuosidades de uma arte narrativa primorosa tanto por reportagem viva quanto por amplitude de visão histórica, como ainda excele em saber perene acerca da natureza humana.

Entusiasmo tão irrestrito que, uma vez aludida alguma anomalia no reconhecimento de sua categorização moderna como historiador, antes se decide por reformular a definição tradicional de história entendida como conhecimento respeitante ao *passado*, assim dando a entender que é antes por *Tucídides*, historiador excepcionalmente virtuoso pelo zelo de imparcialidade no tratamento dos fatos, que se subordina o ideal do que seja *história* a conceituá-la como *práxis* cognitiva.²

Desde Niebuhr, Humboldt e Ranke, por inícios do século XIX, o projeto de constituição de uma história científica, que respondesse por recomendações de objetividade, privilegiava sua definição como história do passado, para assim instaurar a distância de temporalidade que ensejasse uma sua escrita em perspectiva superior de apreciação dos acontecimentos, já aliviada, por seus procedimentos de análise crítica, das cargas de passionalidade inerentes à sua presentividade. Então, ao publicar em 1967 *The Cold War as History*, Halle arrazoa os fundamentos com que firma sua abordagem historiográfica, assim conjugando as memórias de testemunhos do passado histórico vivenciado com a amplitude da visão presente propiciada pelo recuo da distância. Ora, Tucídides, ao que ajuíza Halle, realizara tal excelência historiográfica, justo porque o descortino de sua percepção e narrativa não se aprisionava pelos parâmetros e limitações que condicionam e restringem as obras dos demais historiadores: na consecução de sua história, passado e futuro se (con)fundem num só presente, de modo que, por suas excepcionais virtudes de inteligência e discernimento, ele dispensa o afastamento próprio da distância temporal, alcançando-o mesmo sem ou contra ela.

Os acontecimentos e processos históricos que, pois, Tucídides presenciara e relatara sobre a Guerra do Peloponeso, século V a.C., Halle reconhecia nos fatos de sua própria vivência, dois milênios depois, *em tempos de imediato*

² “Lord Macaulay afirmou que Tucídides era ‘o maior historiador já existente’ – o que de certo modo é algo curioso, pois Tucídides tratou apenas dos acontecimentos que lhe eram contemporâneos. Foi testemunha de muitos dos acontecimentos narrados em sua obra, tendo participado ativamente de alguns. Hoje em dia o consideraríamos antes um repórter ou jornalista; não o definiríamos como historiador. Spengler, em seu ‘Declínio do Ocidente’ diz que ‘a mestria desse autor consistia em [...] seu poder de tornar vivos e compreensivos em si mesmos os acontecimentos do *presente*’, todavia não o considerando propriamente um historiador no sentido atual. Tucídides, entretanto, é tão eminente historiador que lança descrédito em qualquer definição que não o abranja. Prefiro considerar a história como uma determinada visão ampla das ações humanas, sejam elas passadas, presentes ou futuras; para mim é impossível ler Tucídides sem empolgar-me com sua visão histórica. O que me impressiona como grandeza singular é sua habilidade de projetar uma percepção imparcial sobre um cenário e palco de acontecimentos de que ele próprio participara. E o fez quer retratando seu material tanto em detalhes precisos quanto em perspectiva ampla, compondo-os sincronicamente, sem disparidades ou contradições” (HALLE 1955, p. 262-263; tradução minha).

pós-guerra, porque Estados Unidos da América pós-II Guerra Mundial se identificasse com Atenas pós-Guerras Medas, a atualizar, na trajetória da civilização ocidental, esse singular destino histórico de líderes do mundo livre: "O presente, em que se depara nosso país, assim como Atenas após as Guerras Medas, nos chama a assumir a liderança do mundo livre, dispondo Tucídides virtualmente a nosso lado. Entendo, portanto, ser justo que, mesmo que se tenha lido Tucídides antes da última guerra, quão surpreendente não será descobrir o quanto os acontecimentos de nossa própria época realçam o que ele disse, o como a história por ele escrita se tornou mais vívida e aguda" (HALLE 1955, p. 262).

A consciência dessa similitude entre a situação histórica da Atenas tucidideana e a conjuntura da contemporaneidade mundial de meados do século XX, lembra Halle, fora já apontada em 1939 por Elmer Davis, que justo então também recomendava, a todos que aspirassem compreender as vicissitudes de seu próprio tempo, a urgência da leitura do historiador ateniense, preferível a todos os modernos: "[...] deixe de lado todos os modernos e leia Tucídides [...] jamais alguém escreveu tão bem quanto ele a história de um mundo pacífico e progressista, cujos ideais e cultura estavam séculos à frente de sua organização política, mas que entrou em colapso por erros cometidos. Ninguém se igualou a ele enquanto observador e intérprete da deterioração da natureza humana no decorrer de uma longa, incerta e cada vez mais amarga guerra [...]. A Guerra do Peloponeso tornou-se um modelo em miniatura de todas as guerras entre coalisões, e também, já mais para o fim, de todas as guerras ideológicas [...]. Alguns dos comentários que os corcíreus teceram sobre a neutralidade poderiam ser literalmente incorporados em um discurso que rejeitasse o embargo de armamentos. E o discurso dos coríntios na assembléia de Esparta dariam, em agosto passado, os termos de uma mensagem de Varsóvia a Londres, ou, no ano passado, de Praga a Paris" (HALLE 1955, p. 265).

Assim rememorando os ensinamentos tomados à Guerra do Peloponeso porque Elmer Davis, por inícios da II Guerra, advertira os ingleses e franceses acerca de quais orientações devessem então seguir, Halle, por sua vez, também o faz, agora dirigindo-se aos americanos do pós-guerra, para similarmente mapear em Tucídides quais rumos os conselhos de sua história recomendassem à nação moderna: "Parece-me que desde a II Guerra Tucídides está ainda mais próximo de nós, falando-nos junto a nossos ouvidos. Ele bem pode ser o sábio conselheiro do povo americano" (HALLE 1955, p. 265).

E atualizando a voz do *sábio conselheiro* Tucídides, firmada por antiga experiência histórica, Halle faz ressoar alertas trágicos aos *ouvidos* da América, *nova Atenas*, a advertir contra destinos desastrosos por que homens, de fraca moralidade e ambições imprudentes, perdem e arruinam a nação conduzindo-a por rumos de política leviana ditada por interesses escusos. A história de Atenas espelha exemplo de incisiva contundência. Ela, que ao final das Guerras Medas, era a *maravilha do mundo civilizado por caráter moral e competência política, a primeira democracia liberal* conhecida da história, *devotada à causa da liberdade*

e dos *direitos humanos*, que gozava da *confiança* de todos os gregos que reconheciam sua *liderança*, eis que, como novo *Macbeth*, viu-se seduzida por maus conselheiros, os arvorados *realistas* e *pragmáticos* daquela época, instigadores de *ambições trágicas*, abrindo no corpo da nação estigmas *corruptores* porque a *prosperidade* material e a avidez de *poderio ilimitado* degeneraram as virtudes, de que os proclamas da voz original, assim registrada pela história tucidideana, ganhavam, ecoados por Halle, traduções de retórica mais livremente adaptada: “o que mais alto desejas, não podes tê-lo piedosamente”. Excitado o *apetite de Atenas pelo gosto do poder*, liderança primorosa descaiu por *império despótico*, e os *aliados*, que no princípio regozijavam por *liberdade e independência* preservados, agora ressentiam *revoltosos a subjugação* (HALLE 1955, p. 266-7).

O arrazoado de Halle, ao compor as idéias de sua argumentação em livre trânsito pelas distintas histórias referenciadas – a de Atenas pelo século V, a americana pelo XX, mais o *Macbeth* shakespeariano a figurar seus modos trágicos – assimila suas (ir)realidades históricas, assim (des)entendendo e (des)conhecendo uma pela outra. Atenas aparece então como primeira “democracia liberal”, congênere das modernas, em particular a americana, assim apreciada, ou na ignorância ou à revelia da célebre diferenciação conceitual firmada já por Benjamin Constant por inícios do século XIX. Indiferenciação conceitual por que Halle então diz de Atenas o que Wendell Wilkie diz da América, assim configurando a identidade do princípio virtuoso de seu(s) poder(es), à semelhança também de *Macbeth*. E irrelevância de diferenças de historicidade que então lhe enseja projetar sobre a história ateniense as vozes que soam dizeres contemporâneos, transpondo regressivamente para o destino de Atenas quer a opção de missão histórica que a América do pós-guerra estadeava para si, quer as mazelas de suas tendências de descaimentos “realistas” ou “pragmáticos” atuais. Discurso, pois, homogeneizador a projetar que um destino histórico vale pelo outro, de modo que os desfechos conhecidos do passado ateniense ensejem descortinar a (pre)visão dos apenas virtuais do presente americano. As lições da história, por esse jogo de leituras, transparecem cristalinas a acusar os erros desastrosos dos modos despóticos por que Atenas desviou ruinosamente o glorioso destino histórico de sua liderança no mundo (grego), assim transmutando os afetos solidários de uma aliança igualitária nos ódios adversos de um mundo conluiado contra um império opressivo.

Lições da história grega que então Halle articula mais cerradamente, lembrando os preceitos políticos já conscientizados pelos sábios antigos – assim as vozes de Sólon e de Péricles – que advertiam contra a irreversibilidade da opção pela tirania, jamais remediável (HALLE 1955, p. 267-8). Conjugação de vozes de memórias antigas, todavia, algo estranhas, pois, se as duas primeiras, por Sólon e Péricles, são facilmente reconhecíveis respectivamente nos textos de Plutarco e de Tucídides, já a última soa tons de modernidades dissonantes: “Não devemos deixar que a grande aliança degenere em um império ateniense cercado apenas por satélites e dependentes. Nosso zelo ateniense fundamental

é a preservação e o desenvolvimento da liberdade do povo ateniense, e se viermos a ser nós mesmos os únicos senhores, sem parceiros em igualdade conosco, a corrupção de nossa liberdade – que agora mesmo perde a pureza – é indubitável” (HALLE 1955, p. 267-8).

O mistério, todavia, logo se desfaz, com Halle então identificando a fonte deste seu último lembrete: “Confesso agora ter mudado uma palavra na citação feita, mas apenas uma: coloquei ‘ateniense’ ao invés de ‘americano’. Essa declaração foi feita por Walter Lippman, publicada no Washington Post de 7 de janeiro de 1952” (HALLE 1955, p. 268).

Para o público americano em geral, não necessariamente familiarizado com os teores precisos dos discursos clássicos, o truque textual intentava melhor efeito persuasivo, a ser decantado pelo espanto admirado da similitude das histórias assim comutadas: o que vale para América do século XX pode ser ecoado como voz em Atenas do século V, *mutatis mutandis*. Ecos de renovados ensinamentos históricos, assim regressivamente transpostos para o mundo ateniense, que Halle vai também buscar em outras vozes modernas – o memorando composto em 1907 pelo mandatário supremo do Ministério de Negócios Estrangeiros britânico, Mr. Eyre Crowe – as advertências de lições refletidas então pela experiência do império britânico por fins do XIX a adentrar o XX, as quais reiteravam o credo liberal da ideologia política moderna porque a nação hegemônica fosse no cenário mundial o paladino da independência das nações e liberdade de comércio. Ora, pela nova advertência lembrada por Halle, a inteligência de sua retórica política, como a voz de antigo profeta, faz reviver a catástrofe da história passada como anúncio da futura: se nada mais há a fazer, a não ser lamentar que essa lição britânica alertada por Mr. Cowe não tivesse soado aos ouvidos de Temístocles na Atenas do século V aconselhando-o contra os males do império que assim evitasse o advento da guerra ruinosa, imperdoável seria que os americanos do século XX fossem surdos e igualmente a ignorassem (HALLE 1955, p. 268-9). Os conselhos de advertência conformam, dados os modos da retórica discursiva de Halle, tramas e paradoxalmente invertidas, voltadas do mundo moderno para o antigo, e assim apenas aparente as desdizendo face à sua lamentável inviabilidade ontológica. Retórica, então, tanto mais contundente onde ela se vislumbra viável, do passado para o presente, transferindo e conjugando as respectivas (des)recomendações de experiências imperialistas, britânica moderna contra antiga ateniense, porque se augurasse boa fortuna para a hegemonia mundial americana da segunda metade do século XX. Advertências tanto mais contundentes que, vislumbradas por Halle já em 1952, ainda reverbera a validade de seus ecos pelos anos de 1967, quando os americanos começam, pelas desventuras de sua intervenção na Indochina, a conhecer os estigmas da Guerra do Vietnã.

Em artigo publicado em dezembro de 1964, George Kateb firma clara e decidida apreciação sobre “a imensa utilidade” da história tucidideana: um manual de arte política, um compêndio para a educação de estadistas.³ Uma história que

configura verdadeiro tratado de propedêutica política, repleto de lições disponibilizadas aos estadistas e agentes governamentais futuros, indicando-lhes os preceitos e princípios por que deveriam melhor orientar suas decisões. Ensinamentos de várias ordens. Por um lado, lições respeitantes a observações que, em geral conformadas por um tom de profundo pessimismo, constataam, e assim expõem, as permanências dos modos de ser da natureza humana.⁴ Por outro lado, lições que compõem verdadeiras advertências que acusam a desintegração dos nexos da vida social mais a falência das disposições morais, desencadeadas quando os homens se encontram em situações extremas, então submetidos às violentas tensões e pressões dos tempos de guerra: o que, ele, Tucídides, descreve para a Guerra do Peloponeso, algo sinistramente diz também dos horrores dos campos de concentração na II Guerra Mundial, já descortinando todos os modos (des)humanos de crueldades e aberrações (KATEB 1964, p. 491-3). E, em especial, manual de educação política tanto ainda mais útil dada sua atualidade: similitudes históricas estabelecem um paralelo entre a América do presente e o mundo da Guerra do Peloponeso, ambos dominados por conflitos bélicos entre duas superpotências, de modo que as previsões alicerçadas no conhecimento histórico da guerra passada poderiam ser valiosos para conformar mais sabiamente as orientações por que conduzir os rumos da nação atual: “Na essência da história tucidideana está o conflito de duas grandes potências. E os típicos apuros políticos que coube a Tucídides descrever eram justo aqueles com que poderes de primeiro plano se defrontam [...] de que no centro encontram-se as causas e a condução de uma guerra que se deflagra entre tais potências” (KATEB 1964, p. 494-5).

Os ecos modernos da Guerra Fria ressoam pelos recortes dos dizeres da leitura de Tucídides por George Kateb. As declarações proclamadas por Corinto em Esparta compõem todos os teores retóricos da voz política que preceitua o moderno lema da “*guerra preventiva*”, princípio porque se combate inimigo de ambições *expansionistas*, assim ancorando doutrina por fundamentos de (suposta) realidade histórica a persuadir sua (alegada) legitimidade política (KATEB 1964, p. 495). Na postura política de Atenas, Kateb percebe as razões que o realismo político moderno teoriza, em particular a questão da mobilização “agressiva” associada ao princípio da segurança nacional, em que a justificação de iniciativas bélicas alegam o imperativo de defesa antecipada da nação porque temerosa de ameaças expansionistas de outros poderes rivais em um cenário internacional conflitante. Pela leitura de Kateb os ditames da filosofia política de Maquiavel então se conjugam, confundidos, com os decantados pela narrativa historiográfica de Tucídides, assumindo que ambos intentavam, pelos modos diversos de seus respectivos discursos, apontar as diretrizes de convicção histórica

³ Kateb retoma a tese já formulada por John Finley Jr em 1947: “Finley concludes, surely correctly, that ‘the former alternative seems essentially what he had in mind’. In short, ‘readers at any like future period would consequently find his work useful as helping them to understand and even, in very general ways, to predict what was or would presently be happening then’. Thucydides’ History is thus ‘a manual of statecraft’ (KATEB 1964, p. 482).

⁴ “These observations are marked throughout by a very deep pessimism” (KATEB 1964, p. 85).

realista porque se reagem às perplexidades da “power politics”, as quais consagram o primado da política sobre a ética. Os discursos tucidideanos que debatem os dilemas defrontados pelos antigos gregos ao desencadear-se a Guerra do Peloponeso, refletiriam então lições pontuais com que os modernos americanos equacionassem as aflições do presente, tendo plena consciência do imperativo porque as nações jamais devem descuidar os resguardos belicistas que assegurem a preservação da soberania nacional (KATEB 1964, p. 494 e 497).

As lições que o paralelismo histórico entre a Atenas da Guerra do Peloponeso retratada por Tucídides e a América da Guerra Fria assim projeta ensejando vislumbres conscientizadores de uma política previsiva, recomendam a atualização das orientações descortinadas por Péricles, justamente o líder que também delineou, no Discurso Fúnebre, os ideais de qualquer “sociedade democrática ou aberta”. Uma política de firme determinação que não se ilude com os enganos discursivos dos adversários e, portanto, não fragiliza a nação por concessões feitas a seus reclamos. Uma política que, por realismo consciente da natureza das regras do jogo entre centros de poder conflitantes, não compromete as razões imperativas da segurança da nação por desvios de perigosas ingerências de ordem moralista que filósofos propugnam, mas que estadistas não se permitem (KATEB 1964, p. 498-9). Virtuoso de realismo político pericleano, assim plenamente endossado por Tucídides, que perdura na história de Atenas até “aproximadamente quinze anos após o início da Guerra do Peloponeso”, quando Alcibíades fez vingar seu projeto de invasão da Sicília. A história tucidideana passa então, pela apreciação da leitura de George Kateb, a advertir contra a face reversa, negativa, do imperialismo ateniense. Atenas, agora, perde a prudência e a dignidade de sua postura de superpotência, ciente de suas missões e limites, descambando por uma busca desenfreada e cega por poderio (KATEB 1964, p. 501-2).

110

Assim, há um realismo político mais míope, que mera e exclusivamente atende às ambições obsessivas da política de poder, como o realizou historicamente o projeto expansionista de Alcibíades. Já o realismo político mais aprimorado, como o pericleano, se não arrisca a segurança da nação contra os reclamos de moralidade, jamais perde, com isso, o descortino da visão prudente. Pelo que George Kateb conclui suas recomendações finais que estimam a ainda extremada valia dos ensinamentos da história tucidideana: “No discurso de Alcibíades, então, comparece um novo estilo de política na narrativa de Tucídides. Não foi a última vez que um tal estilo se apresentaria no cenário mundial, e ao lermos a seu respeito em Tucídides e sobre suas consequências, ganha-se ampliado conhecimento político. O que justifica plenamente a proclamação por ele feita de que escrevera não para receber o aplauso em seu próprio tempo [...] mas sim compor um bem para sempre” (KATEB 1964, p. 503).

De Louis J. Halle, por 1952 (reverberado em 1967), a Georg Kateb, por 1964, o jogo de vozes que compõem as harmonias ecoadoras do discurso tucidideano desloca seus tons dominantes. Em 1952, a América tinha que refletir

a decisão por que assumiria, como missão de seu destino histórico, os encargos da hegemonia mundial. Agora, em 1964, império americano já em curso, novas lições tucidideanas são solicitadas, especialmente se as vagas e apenas genéricas alusões advertidas por Chateaubriand intrigarem as vicissitudes que levam da Crise dos Mísseis à Guerra do Vietnã. Somos nós, modernos, dá assim a entender Chateaubriand, que corroboramos o valor da história de Tucídides, se bem aprendermos e devidamente seguirmos suas lições! Já Chateaubriand, por inícios do século XIX, assim também o sentenciara.⁵

Em *Thucydides and the Politics of Bipolarity*, datado de 1966, Peter J. Fliess lança sobre o mundo da Guerra do Peloponeso o olhar da Guerra Fria. Logo na abertura do livro, um diálogo de epígrafes sela os avais de autoridades por que se descortina o experimento de uma tal hermenêutica tucidideana. Tucídides, confiante na permanência dos modos da natureza humana, projetara sobre o futuro a atualidade valiosa de sua visão histórica (FLIESS, 1966, p. vi). A Tucídides, Fliess faz (cor)responder Jakob Burckhardt, assim revertendo a direção do olhar da história, por que agora a percepção do presente também ilumina a inteligibilidade do passado (FLIESS, 1966, p. vi). A inesgotável riqueza com que homens excepcionais apreendem em um texto a história de seu tempo reclama séculos de leituras para que se revelem todas as faces das realidades ali condensadas. Imagens do passado, despercebidas pelo trânsito do tempo, ganham consciência histórica quando o presente as (re)atualiza.

Justamente, a Guerra Fria, que o presente americano contemporâneo (meados do século XX) conhece, reaviva a memória do passado grego da Guerra do Peloponeso (século V a.C.) por similares experiências de um mundo bipolarizado: "Há um crescente entendimento de que valiosas lições pragmáticas podem ser aprendidas do estudo das circunstâncias políticas que, embora remotas no tempo, não são diferentes das que nos confrontam no mundo atual. É por esta razão que a grande guerra entre Atenas e Esparta tem recebido renovada atenção nos últimos anos junto a um público que vai bem além dos universitários dos Estudos Clássicos e da História Antiga. A distribuição característica daquela época de poderio internacional entre duas super-potências comporta notável similitude com a bipolarização de poderio que vem se configurando em escala mundial a partir de 1945 e que relegou todas as nações, que não os Estados Unidos e a União Soviética, a um *status* inferior. (...) Comparando-se a conjuntura internacional daquela época com a de agora, deve-se compreender de que análogas posições foram assumidas por Esparta e os Estados Unidos, por um lado, e Atenas e a União Soviética, por outro. É necessário também lembrar as diferenças básicas existentes entre a democracia ateniense do século V e a americana atual. A estrutura interna da concepção liberal representativa é bem diferente daquela antiga de democracia radical" (FLIESS, 1966, p. vii-viii).

111

⁵ *Le génie du christianisme*, Livro III, capítulo 3: "Thucydide retraça avec severité les maux causés par les dissensions politiques, laissant à la postérité des exemples dont elle ne profite jamais" (CHATEAUBRIAND 1978, p. 836).

Pela dialética dos olhares da história, primeiro projetado do passado tucidideano para o presente americano e então revertido no sentido contrário, conforma-se a ciência da política que conjuga suas lições, justo porque uma mesma essência humana atravessa a temporalidade (FLIESS, 1966, p. viii-ix). Pela proposta de Fliess, uma espécie de “boomerang” histórico circula entre o passado e o presente atualizando lições para os perenes desafios com que o homem se depara na história. O olhar que, então, reflete a Guerra do Peloponeso pelo espelho da Guerra Fria, disponibiliza a consciência política que melhor possa vislumbrar o futuro da América.

Todavia, as lições que Tucídides nos ensina, reconhece Fliess, não são nada óbvias. Leituras que almejam situar suas reflexões nos quadros de perspectivas identificadoras consagradas, ou idealismo ou realismo político, provam-se deficientes, antes as manietando, pois, se, em sua história, Tucídides parece, por determinados momentos, sustentar uma ou outra posição, por outros, as solapa.⁶ Sua obra histórica conjuga ciência de realismo político com sabedoria de consciência ética, assim ambivalentemente entrelaçadas em suas apreciações factuais (FLIESS, 1966, p. ix). As lições da história tucidideana, ao que arrazoa Fliess, recomendam, pois, um jogo dialético na condução da práxis política por que poder e moral mutuamente se delimitem. Por um lado, não há que comprometer os imperativos dos destinos do poder em sacrificando a segurança pela moral. Por outro, entretanto, não há também que arruinar a liberdade do comando em sacrificando a racionalidade prudente pelo extravazamento das paixões do poder abusivo. A missão do estadista requer acuidade primorosa de descortino político, capaz de discernir o delicado e tênue limiar que separa necessidade de liberdade na práxis governamental. Ao observar e atender aos reclamos de ambas, a política plenifica racionalidade. Em 1966, os dizeres de Fliess, que notavelmente ressoam similares aos de Morgenthau, reapreciam a contribuição analítica por que a leitura de Tucídides possa aprimorar tal acuidade, especialmente para tempos (modernos) de Guerra Fria.

Pela leitura de Fliess, a Grécia da *Pentecontetia* (re)aparece sob nova face, assim sobrepostos à sua história as questões e os dilemas vigentes nos tempos da Guerra Fria, uma vez traduzida sua semântica histórica quer pelos teores das categorias discursivas quer pelos retratos das ambiências imagéticas modernas (FLIESS, 1966, p. 54-5). Recompostas as cenas da história helênica, o crítico moderno então empreende o exercício analítico que nela apreende o diagnóstico da dialética das determinações que desencadeiam os fatos históricos, especialmente apreciada em termos dos choques em que conflitam os móveis objetivos impostos pela dinâmica da política de poder contra os desígnios subjetivos reclamados pela ética de um humanismo civilizado. O campo da política é assim focado como que cindido entre o domínio da necessidade,

⁶ “The lessons which Thucydides’ *History of the Peloponnesian War* teaches are anything but obvious. They support neither an idealistic nor a consistently realistic position. Thucydides seems to accept the general thesis of the Athenian imperialists that they had no choice but to hold on their empire; yet in specific instances he often seems to condemn their actions” (ix).

por realidade de poder exteriorizada, e o horizonte da liberdade humana, por um leque de opções e alternativas disponíveis.

Assim Fliess interroga a história helênica colocando-lhe o encadeamento de questões que melhor aprecie as lições a dela serem tiradas, especialmente em termos de responsabilização dos agentes humanos envolvidos no processo de decisão política.

Poderia o bipolarismo ter sido evitado, caso os líderes de ambos os estados tivessem agido com mais circunspeção do que o fizeram? Que responsabilidades podem ser imputadas, ou a Esparta ou a Atenas, pela emergência do alinhamento bipolar? (FLIESS, 1966, p. 49-52).

Estruturado o bipolarismo, poderia a guerra ter sido evitada? Que jogo de circunstâncias fez romper o frágil e precário equilíbrio de poder entre as superpotências? Que opções e alternativas tiveram os estadistas de ambos os lados de contornar os impasses adotando políticas de maior sobriedade e espírito conciliatório? (FLIESS, 1966, p. 66-72).

Desencadeada a guerra, que aspectos, faces e obras ela revela, seja por repertório de táticas e estratégias militares empregues seja por panorama de objetivos e procedimentos políticos efetivados? Em especial, que ordem de realidades mobilizou o empreendimento bélico? Os imperativos da política de poder por seus reclamos de segurança nacional e consoante afirmação de supremacia? Ou os princípios de protestos éticos e ideológicos de virtuosidade superior que revestem a guerra por auras de legitimidade? (FLIESS, 1966, p. 121-137).

Que impactos tiveram as injunções da política interior sobre a ordem social doméstica de cada estado? Em especial, como poderia ter sido evitada a desintegração do *ethos* por que essa ordem se fundamenta? Por quais desvios e descaimentos de poder abusivo se arruinou a política de moderação que a ética de um humanismo civilizado preceitua? (FLIESS, 1966, p. 138-59).

Aferidas as respostas históricas que a Guerra do Peloponeso enseja, que lições, então, no entender de Fliess, Tucídides nos ensina? Que axiologia política sua história projeta enquanto *ktēma es aiei?* Primeiro de tudo, a necessidade da guerra, que se impôs como desencadeamento inerente a uma realidade política de bipolarismo (FLIESS, 1966, p. 160-3). Pela operação da hermenêutica de Fliess, as vozes da Guerra Fria preenchem os interstícios dos silêncios factuais da memória histórica tucidideana, assim (des)compondo viciosamente a historicidade de seus sentidos, então aferidos não tanto por reconhecimento de similitudes, mas antes por transposição tautológica de identificações. Não é, conseqüentemente, difícil especular os travestimentos históricos a que tal hermenêutica induz, se contextualizada pelo momento histórico da América de meados da década de 1960 a que ela (cor)responde. Guerras Persas e despotismo oriental, a promover a aliança de Atenas e Esparta pela causa da liberdade, vale por Alemanha Nazista e II Guerra Mundial, a promover aliança de EUA e URSS, a seguir ambas desfeitas e desdobradas em bipolarismo? Dilemas de uma Esparta, de tradicional política de isolacionismo, que então confronta os

perigos do expansionismo ateniense a ameaçar sua segurança, parecem-se com similares impasses americanos face aos avanços soviéticos por inícios da Guerra Fria? E Péricles vale por Kennedy? E descomedimentos e destemperos de imprudências imperialistas de Atenas em Melos e Sicília valem por similares americanos no Vietnã?

Como num filme moderno, que (re)cria episódio histórico ou obra literária antigos em cenários, figurações e discursos de atualidade contemporânea, as lições assim retiradas pelos politólogos americanos projetam antes fabulações metafóricas, algo tautológicas em seus nexos de trânsito histórico porque o presente teleologicamente se (re)conhece pelo passado, pois, *de te fabula narrator*, América! Décadas seguintes, anos 1970 a 1990 pela virada do milênio, vozes revigoradas por cantos *pósmodernistas* de zelos mais ou menos “*politicamente corretos*” com que os membros do mundo acadêmico (de Walter Robert Connor mais Laurie Johnson a Shifra Sharlin) interpelaram os pronunciamentos dos próceres dos órgãos governamentais (do General Marshall a Collin Powell)⁷ porque se contrabalançassem os reclamos políticos (neo)realistas contra os éticos humanistas em discursos de renovadas fábulas consoantes com os sucedâneos adventos de mais guerras que se estendem do Iraque ao Afeganistão contemplado Irã pelo meio, assim tanto mais aflitivas pós 9/11, a reflexão da politologia americana busca reiteradamente os (des)alentos de sua inspiração fundante pelas correspondentes (re)viradas hermenêuticas da leitura do *ktema es aei tucidideano* porque os destinos de vezos imperiais da América (não) fossem os de Atenas!

114

Referências Bibliográficas

CHATEAUBRIAND, François-Auguste-René de. **Essai sur les révolutions**. *Génie du Christianisme*. Paris: Gallimard, 1978.

CONNOR, Walter Robert. “Polarization in Thucydides”. In Richard Ned Lebow and Barry S. Strauss (eds.). **Hegemonic Rivalry from Thucydides to the Nuclear Age**. (Boulder 1991), pp. 53-69.

CONNOR, Walter Robert. “Reading Thucydides in the Post-Cold War World”. In J.Th.A. Papademetriou (ed.). **Acta: First Panhellenic and International Conference on Ancient Greek Literature**. Hellenic Society of Humanistic Studies. Athens 1997, pp. 479-93.

FLIESS, Peter J. **Thucydides and the Politics of Bipolarity**. Nashville/ Louisiana: State University Press, 1966.

HALLE, Louis J. **Civilization and Foreign Policy: an Inquiry for Americans**. With an introduction by Dean Acheson. New York: Harper & Brothers Publishers, 1955.

HALLE, Louis J. **The Cold War as History**. New York/Evanston/San Francisco/London: Harper & Row Publishers, 1967.

⁷ Para todas estas referências vejam-se nossos comentários nos textos indicados na bibliografia (Murari Pires: 2006: 830-837; 2007: 21-27).

KATEB, George. "Thucydides History: a manual of statecraft". **Political Science Quarterly**, LXXIX (1964), pp. 481-503.

MARSHALL, George C. World Order and Security: Youth's Responsibilities. **Department of State Bulletin**, v. 16 (1947), pp. 390-391.

PIRES, Francisco Murari. "Ktema es aei: a prolixidade do silêncio tucidideano". **Anos 90**, Porto Alegre, n. 17, pp. 87-109, 2003.

_____. **Modernidades Tucidideanas I. No Tempo dos Humanistas: (res)surgimento(s)**. São Paulo: Edusp-Fapesp, 2007.

_____. "Thucydidean Modernities: History between Science and Art". In Antonios Rengakos & Antonis Tsakmakis (orgs.). **Brill's Companion to Thucydides**. 1a. ed. Leiden: Brill, 2006, pp. 811-837.